Editais

CCR RodoAnel

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

CNPJ/MF n.º 09.387.725/0001-59

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A ("RodoAnel" ou "Companhia" ou "Concessionária"), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008. A Companhia emprega de forma direta 496 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração. A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%). **1.3. Destaques de 2022:** Investimentos: • R$ 32.460 - Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo. • R$ 30.577 - Recuperação do Pavimento. • R$ 770 - Demais obras. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2022: Dividendos: R$ 7.388. • 28/11/2022 - R$ 7.388 de dividendos do resultado de 2022. Juros sobre o Capital Próprio: R$ 11.886: • 28/11/2022 - R$ 11.886 de juros sobre o capital próprio.

2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Desempenho CCR RodoAnel

Em R$ mil	2022	2021	Var.%
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	394.030	353.393	11,50%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	358.854	303.608	18,20%
- Receita de Pedágio	355.057	300.403	18,19%
- Outras Receitas	3.797	3.205	18,47%
Deduções da Receita Bruta	(31.058)	(26.267)	18,24%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	327.796	277.341	18,19%
(+) Receita de Construção	35.176	49.785	-29,34%
Custos e Despesas (a)	(239.554)	(248.633)	-3,65%
- Depreciação e Amortização	(22.159)	(22.187)	-0,13%
- Serviços de Terceiros	(26.312)	(32.990)	-20,24%
- Custo da Outorga	(10.769)	(5.824)	84,91%
- Custo com Pessoal	(41.074)	(26.698)	53,85%
- Custo de Construção	(35.176)	(49.785)	-29,34%
- Provisão de Manutenção	(7.374)	(19.093)	-61,38%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(23.112)	(18.478)	25,08%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	123.418	78.493	57,23%
Margem EBIT ajustada (b)	37,65%	28,30%	33,04%
EBIT (c)	123.418	78.493	57,23%
Margem EBIT	34,00%	23,99%	41,73%
(+) Depreciação e amortização	22.159	22.187	-0,13%
EBITDA (c)	145.577	100.680	44,59%
Margem EBITDA	40,11%	30,78%	30,31%
(+) Provisão de manutenção (d)	7.374	19.093	-61,38%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	226.529	193.351	17,16%
Margem EBITDA ajustada (f)	69,11%	69,72%	-0,87%
Resultado Financeiro Líquido	(69.541)	(38.708)	79,66%
Lucro Antes do IR & CS	53.877	39.785	35,42%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.031)	(8.495)	53,40%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	40.846	31.290	30,54%
Endividamento bruto (g)	538.850	659.876	-18,34%
Investimentos (caixa)	74.393	63.844	16,52%
Veículos equivalentes (em milhares)	133.362	129.246	3,18%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/2012. (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (g) Somatório das debêntures e notas promissórias de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação). **2.1.1. Receita operacional:** A receita operacional bruta de pedágio em 2022 totalizou R$ 355.057 (18,19% sobre 2021). O aumento da receita é reflexo do crescimento de 3,6% no tráfego no mesmo período devido a liberação das restrições impostas pela pandemia que ainda estavam vigentes em parte de 2021. Além disso, há o reajuste de tarifa de 8,06% no primeiro semestre e de 11,73% no segundo semestre (via ressarcimento de ajuste tarifário). **2.1.2. Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totalizaram R$ 239.554 no ano de 2022. Os principais fatores que contribuíram para a redução de 3,65% em relação a 2021, foram: • Os custos de construção atingiram R$ 35.176. A redução de 29,34% em relação a 2021 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. No ano anterior o principal montante de investimento foi a Implantação de barreiras acústicas. • Em 2022, a provisão de manutenção totalizou R$ 7.374, ante R$ 19.093 em 2021, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2022, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • Depreciação e amortização somaram R$ 22.159 no ano de 2022. A redução de 0,13% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos realizados, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R$ 84.347 no ano de 2022, não sofrendo variações significativas. • Em 2022, o custo de serviços totalizou R$ 26.312, representando redução de 20,24% em relação a 2021, substancialmente pela revisão da volumetria dos serviços de gerenciamento de obras, serviços compartilhados e serviço de gerenciamento de TI. • Os custos e despesas com pessoal atingiram R$ 41.074 no ano de 2022, registrando um aumento de 53,85% em relação a 2021, reflexo principalmente do efeito dos custos com pessoal dos serviços compartilhados e das adequações do quadro de pessoal. • Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 25,08% e atingiram R$ 23.112 no ano de 2022. Esse aumento deve-se, principalmente ao efeito de gastos com combustíveis, manutenção de veículos, aquisição de materiais para manutenção e conservação devido aos reajustes dos preços sofridos por esses itens, doações e ao aumento das demandas operacionais. **2.1.3. Resultado financeiro:** No ano de 2022, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R$ 69.541, ante R$ 38.708 em 2021. O aumento de 79,66% ocorreu principalmente pela captação de nota promissória e variação do indexador CDI. **2.1.4. Lucro líquido:** Em 2022, o lucro líquido atingiu R$ 40.846, apresentando um aumento de 30,54% em relação a 2021, reflexo principalmente da melhora no Resultado Operacional. **2.1.5. Endividamento:** O endividamento bruto alcançou R$ 538.850 ante R$ 659.876 em 2021, representando uma redução de 18,34%. **2.1.6. Investimentos:** Em 2022, os investimentos somaram R$ 63.807, dentre os quais destacam-se a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo e Recuperação do Pavimento.

3. Estratégia e Gestão: 3.1. Governança Corporativa: Conselho de Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri. **3.2. Gestão de Pessoas:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 496 de forma direta. Em 2022, foram investidos R$ 83 mil em 25 programas de treinamento e capacitação das pessoas.

4. ESG: A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até a Companhia que administra os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, Compliance e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com stakeholders, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos rating A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG Protocol desde 2013. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 4.3. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. **4.1. Iniciativas Voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor. • Relato Integrado *(IIRC):* o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. • Movimento Ambição *Net Zero:* uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. **4.2. Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua. Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. **4.3. Reconhecimentos e Prêmios:** Em 2022, a companhia conquistou o 5º Lugar nas Categorias "Escolha do Usuário" e "Eficiência dos Serviços Operacionais" no Prêmio ARTESP. • Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia: **Caminhos para a Cidadania** - Com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2022 as atividades são desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores são realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento pós pandemia. Para apoio aos alunos são disponibilizados no site www.caminhosparaacidadania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo. Município participante: Embu das Artes. **Junho Vermelho - Doação de Sangue**: Campanha de incentivo para clientes e colaboradores para doação de sangue. Mensagens veiculadas nos painéis eletrônicos das rodovias. Divulgação interna por meio dos comunicados eletrônicos, rádio e rede social Yammer. **Campanha do Agasalho**: Em parceria com a ONG Gerando Falcões o Instituto CCR, por meio da CCR RodoAnel e demais unidades de negócio do Grupo CCR, realizaram a Campanha do Agasalho 2022, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de agasalhos e cobertores em bom estado. Todas as praças de pedágio e bases de atendimento da concessionária foram postos de arrecadação. Toda a arrecadação foi destinada ao bazar da ONG Gerando Falcões. Foram arrecadadas 150 kg de peças de roupas. **Inverno Solidário** - Distribuição de 300 cobertores novos e 300 sacos de dormir para a comunidade lindeira. **Espetáculo Teatral Cadê o Amor que estava aqui?**: Apresentação do espetáculo teatral "Cadê o Amor que estava aqui? "para alunos e professores das escolas públicas de Embu das Artes. A peça aborda temas como a preservação da natureza, a amizade e a solidariedade, além da inclusão social e diversidade. Além disso, ressalta a importância do trabalho em grupo e como pequenas atitudes podem ajudar a mudar o planeta. Para isso o enredo conta as experiências de um dedicado professor deficiente visual, que luta por um mundo melhor, formando cidadãos conscientes. Público de 1.100 pessoas. **Teatro a Bordo** - Entrega de livros Caixola de Histórias para ler e ouvir. Foram entregues 100 livros para o município de Embu das Artes. **Campanha Natal Solidário**: Em parceria com a Umbigo do Mundo e a Mauricio de Souza Produções, o Instituto CCR, por meio da CCR RodoAnel e demais unidades de negócio do Grupo CCR, realizaram a Campanha Natal Solidário, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de brinquedos novos ou bom estado. Todas as praças de pedágio e bases de atendimento da concessionária receberam caixas para a coleta, que se tornaram postos para a doação. A arrecadação foi destinada à APAE de Barueri. • Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores: A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2022, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Resgate Veicular, Manejo e Captura de Animais Silvestres, Treinamento de Redação Empresarial, Treinamento de Excel, Treinamento de Feedback, Olimpíadas do Trauma, Auditor Interno ISSO 9001, Interação sinalização presencial e socorro mecânico.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. **5.2 Auditores Independentes:** Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **5.3 Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Barueri, 9 de março de 2023.
A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	59.778	62.210
Aplicações financeiras	6	30.644	90.646
Contas a receber	7	22.555	21.715
Contas a receber - partes relacionadas	10	2.696	1.727
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	-	4.848
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578
Tributos a recuperar		5.615	7.802
Contas a receber - operações de derivativos	19	3.229	2.947
Adiantamento a fornecedores		37	-
Despesas antecipadas e outros créditos		1.924	1.543
Total do ativo circulante		200.056	267.016
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		297	1.086
IR e CS diferidos	8b	261.558	274.086
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.060.749	1.134.327
Contas a receber - operações de derivativos	19	1.087	2.584
		1.323.691	1.412.083
Imobilizado	11	25.433	22.203
Intangível	12	331.115	345.477
Infraestrutura em construção	12	183.215	130.636
Total do ativo não circulante		1.863.454	1.910.399
Total do ativo		2.063.510	2.177.415

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Debêntures e notas promissórias	13	218.325	203.865
Fornecedores		20.106	12.177
Impostos e contribuições a recolher		4.990	4.431
Obrigações sociais e trabalhistas		4.289	3.370
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	1.158	19.605
Obrigações com o Poder Concedente		1.134	865
Provisão de manutenção	15	25.724	35.682
Juros sobre capital próprio		5.224	-
Outras contas a pagar		173	327
Total do passivo circulante		281.123	280.322
Não circulante			
Debêntures e notas promissórias	13	320.525	456.011
Impostos e contribuições a recolher		13.826	11.459
Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis	14	82	73
Provisão de manutenção	15	2.384	12.777
Fornecedores		525	574
Mútuos cedidos a terceiros	19	122.884	109.464
Total do passivo não circulante		460.226	590.358
Patrimônio líquido			
Capital social	16a	1.303.434	1.303.434
Reservas de lucros	16b	9.676	3.301
Dividendo adicional proposto	16d	9.051	-
		1.322.161	1.306.735
Total do passivo e patrimônio líquido		2.063.510	2.177.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	362.972	327.126
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(35.176)	(49.785)
Provisão de manutenção	15	(7.374)	(19.093)
Depreciação e amortização	11 e 12	(20.649)	(20.703)
Custo da outorga		(84.347)	(79.402)
Serviços		(20.114)	(22.794)
Custo com pessoal		(34.083)	(25.631)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.899)	(4.628)
Outros		(4.560)	(3.722)
		(212.202)	(225.758)
Lucro bruto		150.770	101.368
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(6.991)	(1.067)
Serviços		(7.885)	(12.329)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.094)	(1.314)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.510)	(1.484)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.969)	(1.767)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(205)	(166)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(9)	31
Aluguéis de imóveis e condomínios		(416)	(35)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.511)	(1.281)
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(196)	(167)
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber das operações		(124)	172
Editais e publicações		(50)	(13)
Despesas legais e judiciais		(145)	(230)
Provisão de despesas e multas indedutíveis		(2.028)	(1.358)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.298)	(966)
Outros		(1.942)	(1.042)
		(27.373)	(23.016)
Outros resultados operacionais		21	141
Resultado antes do resultado financeiro		123.418	78.493
Resultado financeiro	18	(69.541)	(38.708)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		53.877	39.785
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(13.031)	(8.495)
Lucro líquido do exercício		40.846	31.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	40.846	31.290
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	40.846	31.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		1.303.434	1.737	1.920	5.400	-	1.312.491
Distribuições de dividendos em 13 de abril de 2021		-	-	(1.920)	(5.400)	-	(7.320)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.290	31.290
Destinações:							
Reserva legal		-	1.564	-	-	(1.564)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de novembro de 2021		-	-	-	-	(14.031)	(14.031)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (líquido)		-	-	-	-	(13.341)	(13.341)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (IRRF)		-	-	-	-	(2.354)	(2.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.303.434	3.301	-	-	-	1.306.735
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.846	40.846
Destinações:							
Reserva legal	16b	-	2.042	-	-	(2.042)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de novembro de 2022	16d	-	-	-	-	(7.388)	(7.388)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (líquido)	16e	-	-	-	-	(10.103)	(10.103)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (IRRF)	16e	-	-	-	-	(1.783)	(1.783)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (líquido)	16e	-	-	-	-	(5.224)	(5.224)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (IRRF)	16e	-	-	-	-	(922)	(922)
Dividendo adicional proposto	16d	-	-	-	9.051	(9.051)	-
Reserva de retenção de lucros	16c	-	-	4.333	-	(4.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.303.434	5.343	4.333	9.051	-	1.322.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	40.846	31.290
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.528	(191)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	22.159	22.187
Baixa de ativo imobilizado	188	70
Capitalização de custo de debêntures	(19.939)	(4.877)
Juros sobre debêntures e notas promissórias	79.837	34.839
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	270	278
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	9	6
Resultado de operações com derivativos	(2.127)	(5.090)
Valor justo de debêntures	(1.559)	5.650
Juros sobre mútuo com terceiros	15.788	5.351
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	124	(170)
Constituição de provisão de manutenção	7.374	19.093
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	2.869	2.661
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	5.442	(534)
Rendimentos de aplicação financeira	(1.846)	3.826
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1
	235.542	187.968
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(964)	(4.559)
Contas a receber - partes relacionadas	(708)	(1.038)
Tributos a recuperar	2.200	(7.497)
Despesas antecipadas e outras	408	(1.209)
Adiantamento a fornecedores	(37)	74
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	191	5.297
Fornecedores - partes relacionadas	(24.062)	19.366
Obrigações sociais e trabalhistas	919	580
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	2.690	17.582
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(2.469)	(15.871)
Obrigações com o Poder Concedente	61	493
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(270)	(315)
Mútuos com terceiros	(2.368)	-
Realização da provisão de manutenção	(30.594)	(9.679)
Outras obrigações com Poder Concedente	208	-
Outras contas a pagar	(154)	220
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**180.593**	**191.412**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.003)	(2.673)
Adições ao ativo intangível	(28.177)	(51.492)
Outros de ativo intangível	-	986
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	37.999
Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)	4.760	-
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	(295)	(231)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	62.143	14.381
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	**30.428**	**(1.030)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação (liquidação) de operações com derivativos	3.342	(969)
Mútuos com terceiros	-	(803)
Debêntures e notas promissórias		
Captações	41.857	-
Pagamentos de principal	(167.999)	(124.000)
Pagamentos de juros	(73.162)	(26.667)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(17.491)	(37.046)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(213.453)**	**(189.485)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(2.432)**	**897**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	62.210	61.313
No final do exercício	59.778	62.210
	(2.432)	**897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 690 - sala 11 - 1º andar, bairro Tamboré na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende: a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; b) Apoio na execução dos serviços não delegados; e c) Gestão dos serviços complementares, na forma do regulamento da concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão n.º 001/ARTESP/2008. A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: **Ampliações e melhoramentos:** • Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares; • Implantação de seis passarelas para pedestres;

Editais

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. ***k) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***l) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***m) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. ***n) Direito da Concessão:*** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa n.º 20) com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. ***o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. ***p) Contabilização de reequilíbrios econômicos:*** A Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Sobre o valor contabilizado no resultado, constituiu-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. ***q) Informação por segmento:*** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. ***r) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: **• Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. ***s) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; e • Passivo não circulante com covenants - alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 13 e 19. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	248.748	392.566	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	1.158	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	20.279	-	208	312	5
Obrigações com o poder concedente	1.134	-	-	-	-
Mútuos cedidos à terceiros	-	156.273	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 81.067 substancialmente composto por debêntures e notas promissórias, detalhados nas notas explicativas n.º 13, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2022	2021
Caixa e bancos	1.509	1.845
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	58.269	60.365
Total - Caixa e equivalentes de caixa	59.778	62.210

	2022	2021
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	30.118	90.415
Conta reserva	526	231
Total - Aplicações financeiras	30.644	90.646

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,11% do CDI, equivalente a 12,57% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (99,41% do CDI, equivalente a 4,73% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber das operações	2022	2021
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	22.345	21.593
Receitas acessórias (b)	361	149
	22.706	21.742
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações (c)	(151)	(27)
	22.555	21.715
Idade de vencimentos dos títulos	**2022**	**2021**
Créditos a vencer	22.449	21.680
Créditos vencidos até 60 dias	86	32
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	20	3
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	66	18
Créditos vencidos há mais de 180 dias	85	9
	22.706	21.742

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e (c) Provisão para perda esperada - contas a receber das operações, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	53.877	39.785
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(18.318)	(13.527)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(901)	(526)
Juros sobre capital próprio	6.131	5.336
Incentivos relativos ao imposto de renda	45	182
Remuneração variável de dirigentes estatutários	-	16
Outros ajustes tributários	12	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13.031)	(8.495)
Impostos correntes	(503)	(8.686)
Impostos diferidos	(12.528)	191
	(13.031)	(8.495)
Alíquota efetiva de impostos	24,19%	21,35%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	Reconhecido no resultado	2022 Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	279.840	(245)	279.595	279.595	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	345	119	464	464	-
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	20	31	51	51	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	25	3	28	28	-
Constituição da provisão de manutenção	16.473	(6.920)	9.553	9.553	-
Resultado de operações com derivativos	242	(117)	125	125	-
Diferenças temporárias - lei 12.973/2014 (b)	(11.087)	676	(10.411)	-	(10.411)
Provisão para fornecedores	61	(60)	1	1	-
Capitalização de juros	(11.518)	(6.320)	(17.838)	-	(17.838)
Custo de transação de debêntures	(136)	52	(84)	-	(84)
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e COFINS	178	254	432	432	-
Valor justo	(357)	(1)	(358)	-	(358)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	274.086	(12.528)	261.558	290.249	(28.691)
Compensação de imposto	-	-	-	(28.691)	28.691
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	274.086	(12.528)	261.558	261.558	-

	2020	Reconhecido no resultado	2021 Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	283.651	(3.811)	279.840	279.840	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	74	271	345	345	-
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	78	(58)	20	20	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	35	(10)	25	25	-
Constituição da provisão de manutenção	12.369	4.104	16.473	16.473	-
Resultado de operações com derivativos	38	204	242	242	-
Diferenças temporárias - lei 12.973/2014 (b)	(11.762)	675	(11.087)	-	(11.087)
Provisão para fornecedores	7	54	61	61	-
Capitalização de juros	(10.356)	(1.162)	(11.518)	-	(11.518)
Custo de transação de empréstimos	(224)	88	(136)	-	(136)
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e COFINS	-	178	178	178	-
Valor justo	(15)	(342)	(357)	2.638	(2.995)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	273.895	191	274.086	299.822	(25.736)
Compensação de imposto	-	-	-	(25.736)	25.736
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	273.895	191	274.086	274.086	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2022
2023	1.488
2024	10.221
2025	13.100
2026	16.072
2027	8.097
de 2028 a diante	230.617
	279.595

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a) 2022	2021
Circulante	73.578	73.578
Não circulante	1.060.749	1.134.327

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi apropriado ao resultado o montante de R$ 73.578 (R$ 73.578 no exercício de 2021). (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

	Saldos 2022 Controladora	Outras partes relacionadas	Total	2021 Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Bancos conta movimento	-	13	**13**	-	-	**-**
Contas a receber	-	2.696	**2.696**	-	1.727	**1.727**
Cessão onerosa	-	-	**-**	-	4.848	**4.848**
Passivo						
Debêntures	-	137.780	**137.780**	-	-	**-**
Fornecedores e contas a pagar	993	165	**1.158**	19.545	60	**19.605**
Juros sobre capital próprio	5.203	21	**5.224**	-	-	**-**

	Transações 2022 Controladora	Outras partes relacionadas	Total	2021 Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	215	**215**	-	227	**227**
Custos/despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	**-**	-	11.331	**11.331**
Custos/despesas de serviços prestados - gestão administrativa	-	-	**-**	11.154	-	**11.154**
Custos/despesas de infraestrutura utilizada	-	30	**30**	-	-	**-**
Custos/despesas - serviços de transporte de valores	-	51	**51**	-	-	**-**
Custos/despesas - doações	-	1.298	**1.298**	-	457	**457**
Custos/despesas de serviços prestados - CCR GBS	3.925	-	**3.925**	-	-	**-**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	1	16	**17**	-	-	**-**
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	9.170	-	**9.170**	-	-	**-**
Ressarcimento de danos de patrimônio	-	1	**1**	-	-	**-**
Receita de juros sobre cessão onerosa	-	173	**173**	-	534	**534**
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	5.615	-	**5.615**	-	-	**-**
Despesas financeiras	-	21	**21**	-	-	**-**
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	24	**24**	-	-	**-**
Imobilizado/Intangível	-	-	**-**	-	1.744	**1.744**

Na AGO realizada em 27 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS. Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2021 Saldo inicial	2022 Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.795	-	(154)	52	-	1.693
Máquinas e equipamentos		26.236	-	(482)	752	-	26.506
Veículos		3.940	-	(159)	309	-	4.090
Equipamentos operacionais		47.814	-	(2.944)	800	(13)	45.657
Imobilizado em andamento		3.090	8.678	(12)	(1.898)	-	9.858
Total do custo		82.875	8.678	(3.751)	15	(13)	87.804
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.300)	(108)	140	-	-	(1.268)
Máquinas e equipamentos	11	(19.432)	(1.514)	466	-	-	(20.480)
Veículos	24	(2.583)	(672)	159	-	-	(3.096)
Equipamentos operacionais	12	(37.357)	(2.968)	2.798	-	-	(37.527)
Total da depreciação		(60.672)	(5.262)	3.563	-	-	(62.371)
Total geral		22.203	3.416	(188)	15	(13)	25.433

	Taxa média anual de depreciação %	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.738	-	(96)	153	-	1.795
Máquinas e equipamentos		23.919	-	(149)	2.466	-	26.236
Veículos		3.254	-	(96)	782	-	3.940
Equipamentos operacionais		44.696	-	(10)	3.138	(10)	47.814
Imobilizado em andamento		6.212	2.852	(9)	(5.965)	-	3.090
Total do custo		79.819	2.852	(360)	574	(10)	82.875
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.253)	(118)	71	-	-	(1.300)
Máquinas e equipamentos	11	(17.328)	(2.224)	120	-	-	(19.432)
Veículos	24	(1.957)	(717)	91	-	-	(2.583)
Equipamentos operacionais	12	(34.286)	(3.079)	8	-	-	(37.357)
Total da depreciação		(54.824)	(6.138)	290	-	-	(60.672)
Total geral		24.995	(3.286)	(70)	574	(10)	22.203

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e (b) Refere-se a crédito de IRRF. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 675 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 179 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média de capitalização em 2022 e 2021 foram de 12,88% a.a. e 4,32% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias).

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de depreciação %	2021 Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura		453.216	-	1.710	454.926
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.740	-	12	1.752
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		838	840	(27)	1.651
Total do custo		455.794	840	1.695	458.329
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(108.842)	(16.795)	-	(125.637)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.475)	(102)	-	(1.577)
Total da amortização		(110.317)	(16.897)	-	(127.214)
Total do intangível		345.477	(16.057)	1.695	331.115
Infraestrutura em construção		130.636	54.289 (c)	(1.710)	183.215

	Taxa média anual de depreciação %	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura		451.545	-	1.671	453.216
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.693	-	47	1.740
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.147	312	(621)	838
Total do custo		454.385	312	1.097	455.794
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(92.912)	(15.930)	-	(108.842)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.356)	(119)	-	(1.475)
Total da amortização		(94.268)	(16.049)	-	(110.317)
Total do intangível		360.117	(15.737)	1.097	345.477
Infraestrutura em construção		77.415	55.878	(1.671)	130.636

(*) Amortização pela curva de benefício econômico; (a) Reclassificações entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível; (b) Refere-se a sinistros; e (c) Implantação de Marginal - km 19+700 ao 24+400 - ambos os sentidos (Padroeira - Raposo), reimplantação de barreiras acústicas no trecho da obra Padroeira entre os km 21+500 ao 22+500 e a implantação da faixa adicional do km 15+200 ao km 19+150. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 19.264 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 4.698 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 12,88% a.a. e 4,32% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias).

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,0760% (a)	3.171	198	Abril de 2024	244.418	327.143 (d)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI (b)	N/I	-	-	Abril de 2024	248.247	332.733 (d)
7ª Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,6450% (c)	143	48	Abril de 2023	46.185	- (d)
Total geral				246		538.850	659.876
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						171.463	179.084
Custos de transação						(200)	(202)
Valor justo						47.062	24.983
						218.325	203.865
Não circulante							
Debêntures e notas promissórias						364.001	476.001
Custos de transação						(46)	(198)
Valor justo						(43.430)	(19.792)
						320.525	456.011

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação; (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 19; e (c) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR.

Garantia: (d) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2022
2024	364.001
(-) Custo de transação	(46)
(-) Valor justo	(43.430)
Total	320.525

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários. **14.1 Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021 Saldo inicial	2022 Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	-	145	-	(145)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	73	147	(22)	(125)	9	82
	73	292	(22)	(270)	9	82

14.2 Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis	161	3.580
Trabalhistas	17	19
	178	3.599

15. Provisão de manutenção

	2021 Saldo inicial	2022 Constituição (reversão) de provisão de manutenção	Ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	35.682	16.565	4.071	(30.594)	25.724
Não circulante	12.777	(9.191)	(1.202)	-	2.384
	48.459	7.374	2.869	(30.594)	28.108

As taxas anuais de 2022 e 2021, para cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 7,08% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d) Dividendos:** Em 25 de outubro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2022, no montante de R$ 7.388, correspondentes a R$ 5,6684857476 por ação ordinária, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2022. O pagamento foi realizado em 28 de novembro de 2022. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 9.051, a serem aprovados na AGO de 2023. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos